

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**OS IMPACTOS ECONÔMICOS DA IMIGRAÇÃO NA
FRANÇA**

JULIANNA RACHEL BENDELAK BENCHIMOL

matrícula nº113087266

ORIENTADOR: Prof. Alexis Saludjian

AGOSTO 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

OS IMPACTOS ECONÔMICOS DA IMIGRAÇÃO NA FRANÇA

JULIANNA RACHEL BENDELAK BENCHIMOL
matrícula nº113087266

ORIENTADOR: Prof. Alexis Saludjian

AGOSTO 2018

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade da autora

Para minha mãe, pelo apoio incondicional. Por
sempre acreditar em mim, muito mais do que
eu mesma.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Alexis, que acreditou no projeto desde o início e se empenhou a me ajudar a finalizar esse ciclo.

À Emilia, minha mãe, que sempre acreditou no meu potencial. Obrigada por ser essa mulher forte e independente que me inspira todos os dias!

Ao Isaac, meu pai, que apesar da distância sempre se fez presente. Apoiando-me incondicionalmente.

À Celeste, Rosa, Karla, Fabíola e Gabriela. Todas mulheres fortes e incríveis. As terríveis Bendelak!

À Giuliana, Marcella, Maria Giulia e Sofia. Aquelas que compartilham comigo todos os momentos.

Ao Gabriel, o carioca que encontrei na França. Obrigada pela companhia e por me dar força sempre.

RESUMO

O crescente interesse dos economistas pelo tema da imigração ocorre principalmente devido às instabilidades políticas e econômicas do mundo atual. O debate gira em torno da imigração ter ou não grande impacto sobre o mercado de trabalho do país hospedeiro. A ideia de que a imigração seria responsável por uma diminuição dos salários ou um aumento do desemprego é baseada em pressupostos contestáveis. A proposta deste trabalho é identificar o impacto da imigração dentro da economia francesa, apresentando a imigração como possível forma de atenuar os problemas causados pela transição demográfica.

ABSTRACT

The growing interest of economists by the topic of immigration occurs mainly due to the political and economic instability of the current world. The debate revolves around immigration having or not having a major impact on the host country's labour market. The idea that immigration would be responsible for a decrease in wages or an increase in unemployment is based on contestable assumptions. The proposal of this work is to identify the impact of immigration within the French economy, showing immigration as a possible way to mitigate the problems caused by the demographic transition.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

INED - Institut National d'Études Démographiques

INSEE - Institut National de la Statistique et des Études Économiques

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OM - Observatório das Migrações

PIB - Produto Interno Bruto

SMIC - Salaire Minimum Interprofessionnel de Croissance

UE - União Europeia

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Pirâmide Etária da França em 2018	13
Gráfico 2 - Evolução do salário médio e mínimo de 1982 a 2014	16
Gráfico 3 - Custo por hora de trabalho segundo a atividade	17
Gráfico 4 - Taxa de desemprego na França de 1985 a 2016	19
Gráfico 5 - Taxa de desemprego segundo a nacionalidade em 2016	19
Gráfico 6 - Imigrantes no mercado de trabalho da França	21
Gráfico 7 - Imigrantes no mercado de trabalho do Reino Unido	21
Gráfico 8 - Imigrantes no mercado de trabalho em Portugal	22
Gráfico 9 - A Imigração regular na França de 1998 a 2013	27
Gráfico 10 - Qualificação dos imigrantes de dentro e fora da UE e nativos	36
Gráfico 11 - Setores de atividades de imigrantes ativos	38
Gráfico 12 - Imigração e taxa de desemprego	39
Gráfico 13 - Déficit de administrações públicas e percentagem da população nascida no estrangeiro	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População estrangeira e imigrada por sexo e idade em 2014 (em %)	14
Tabela 2 - Imigrantes e seus países de nascença em 2014	15
Tabela 3 - População estrangeira nos países da UE em 2016	25

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I: HISTÓRICO E VISÃO GERAL DA IMIGRAÇÃO NA FRANÇA.....	11
I.1 A questão da demografia	11
I.2 A imigração, o salário mínimo e o desemprego na França	13
I.2.1 Histórico das imigrações no país.....	13
I.2.2 Salário Mínimo e Desemprego.....	15
I.3 Os imigrantes no mercado de trabalho.....	20
CAPÍTULO II: PANORAMA DA POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO EUROPEIA.....	24
II.1 O Parlamento Europeu e a França em relação à imigração.....	24
II.1.1 O Parlamento Europeu.....	24
II.1.2 A França.....	26
II.2 Argumentos econômicos contra a imigração na Europa.....	27
II.2.1 Pressão sobre salários e emprego dos residentes.....	28
II.2.2 Rejuvenescimento pela imigração é uma esteira sem fim.....	29
II.2.3 A imigração enfraquece laços de solidariedade.....	29
CAPÍTULO III: ANÁLISE ECONÔMICA DA IMIGRAÇÃO.....	32
III.1 A imigração é boa para a economia?.....	32
III.2 Análise econômica dos impactos da imigração na França.....	33
III.2.1 Imigração e crescimento.....	33
III.2.2 Imigração e salários, emprego, tributação e envelhecimento populacional.....	35
CONCLUSÃO GERAL.....	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45

INTRODUÇÃO

O tema discutido nessa monografia trata dos impactos que a imigração tem na economia francesa. A questão da migração internacional está na mídia atualmente devido ao grande fluxo migratório para os países europeus. Além disso, em um contexto de crise econômica que agrava a xenofobia na Europa, o debate é extremamente relevante.

O objetivo geral desse trabalho é discutir/trazer elementos da França, um país da União Europeia que possui um histórico de imigrações muito antigo. O período analisado será o recente e a partir disso poderemos entender melhor o papel da imigração e o debate econômico com os argumentos econômicos que giram em torno da questão.

A metodologia utilizada se deu por fontes secundárias de órgãos estatísticos oficiais franceses, tais como o Institut National de la Statistique et des Études Économiques ¹(INSEE) e o Institut National d'Études Démographiques ²(INED). Os dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), do Parlamento Europeu e do Observatório das Migrações (OM) também foram indispensáveis para a compreensão do tema. Além disso, o debate econômico de autores conhecidos nesse assunto também foi apresentado.

A estrutura da monografia foi dividida em três capítulos. O primeiro fará um apanhado histórico resumido das imigrações na França, além de mostrar a pirâmide etária do país e elementos importantes da economia, tais como salário mínimo e desemprego. A partir disso analisará também como os imigrantes participam do mercado de trabalho.

O segundo capítulo apresentará um panorama geral da política de imigração europeia, começando pelo Parlamento Europeu e seguindo para a França. Dessa forma, ficará mais fácil de compreender que tipo de imigrantes podem entrar legalmente em território europeu/francês. Ainda nesse capítulo, veremos alguns dos principais argumentos econômicos que são utilizados para restringir as imigrações, ou seja, aqueles discursos que são contra esse movimento.

Finalmente, no terceiro capítulo, será feita uma pequena análise econômica da imigração, em que serão abordados alguns argumentos da OCDE e de certos economistas renomados que são a favor da imigração. Após sabermos como o debate é organizado, veremos realmente quais são os impactos que a imigração atribui dentro da economia.

¹ Instituto Nacional da Estatística e dos Estudos Econômicos

² Instituto Nacional de Estudos Demográficos

CAPÍTULO I) HISTÓRICO E VISÃO GERAL DA IMIGRAÇÃO NA FRANÇA

O capítulo I dessa monografia dará uma visão geral sobre conceitos de imigração, indicadores franceses e mercado de trabalho europeu. A seção I.1 introduz a questão da demografia, que no decorrer dos anos foi sendo cada vez mais relacionada com a economia de um país, analisando também a pirâmide etária francesa. A seção I.2 abrange o histórico de imigração e o salário mínimo e desemprego dentro da França, sendo exemplificados a partir de gráficos e tabelas. Já a seção I.3 analisará um artigo sobre os imigrantes dentro do mercado de trabalho da França, Portugal e Reino Unido.

Temos como objetivo nesse capítulo abordar o tema da imigração com alguns conceitos que são indispensáveis para o entendimento da questão. Além disso, entender a situação demográfica francesa, alguns de seus indicadores econômicos e mostrar uma visão geral de como os imigrantes estão inseridos no mercado de trabalho.

Assim, utilizando o embasamento teórico apresentado no capítulo I, poderemos construir a base do raciocínio que queremos expor. Sendo ela a de que o impacto da imigração vai depender das qualificações entre os imigrantes e os nativos, e que receber imigrantes em seu território pode gerar benefícios. Além do fato da imigração não influir na taxa de desemprego nem no nível dos salários no longo prazo, proporcionando crescimento econômico devido à mão de obra abundante.

I.1) A Questão da Demografia

A demografia, segundo o Observatório das Migrações, pode ser definida como a ciência que estuda as populações no espaço e no tempo de acordo com categorias como o sexo ou a idade. Dessa forma, relata tanto o estado atual como o devir das populações e, de acordo com metodologias próprias, projeta as possíveis evoluções futuras das mesmas. Há um conjunto de elementos que condicionam a evolução das populações em termos de dimensão, dispersão ou estrutura etária. Os mais importantes são os nascimentos, os casamentos, os óbitos e as migrações. Os nascimentos aumentam a população e rejuvenescem-na. Os óbitos diminuem a população e podem envelhecê-la ou rejuvenescê-la conforme as idades em que tenham maior incidência. As migrações podem acrescer (imigração) ou subtrair (emigração) às populações, bem como rejuvenescê-las ou envelhecê-las conforme os grupos de idades que afetarem e o sentido do seu efeito. O nexos entre imigração e demografia existe, portanto, antes de mais, no

sentido em que as migrações são uma das determinantes dos fenômenos demográficos, ou seja, um dos fatores que ditam o crescimento (ou não) da população, e definem a sua estrutura e distribuição. (OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES, 2017)

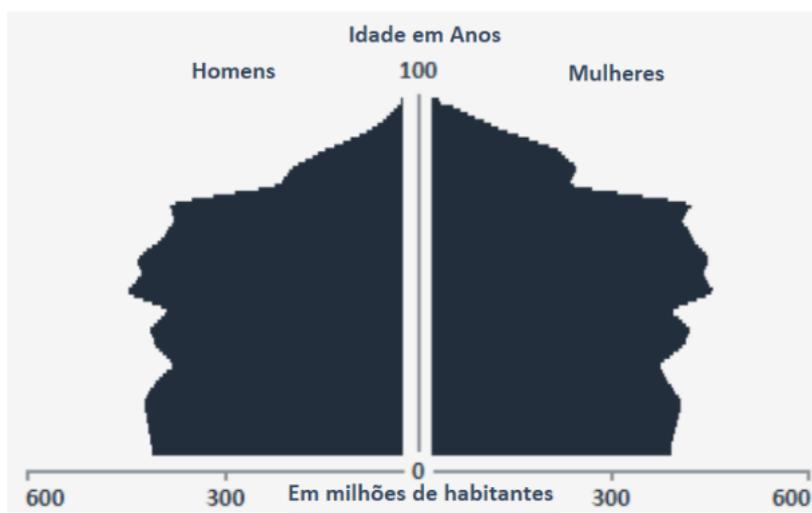
No debate científico contemporâneo, a relação entre imigração e demografia assenta sobretudo na noção de migrações de substituição. As migrações de substituição são definidas como a proporção de imigrantes necessários para contrariar tanto os declínios populacionais (associados à quebra de nascimentos e da população ativa) como o envelhecimento da população de cada país. Assim, pode-se dizer:

A generalidade dos países europeus encontra-se atualmente perante um acentuado processo de envelhecimento demográfico. Na sua origem, encontra-se a conjugação, ao longo das últimas décadas, do aumento sustentado da esperança média de vida com o declínio da fecundidade para mínimos históricos. Em termos estritamente demográficos, estas duas últimas tendências têm se traduzido no aumento dos índices da dependência total e de idosos, sendo ainda provável que, num horizonte temporal mais ou menos distante, conforme os casos, conduzam também a uma diminuição em termos absolutos da população nativa da generalidade dos países europeus. Em face dessas perspectivas, impõe-se naturalmente a procura e a discussão de soluções, ou até mesmo a eliminação do problema. Nesse contexto, a imigração de substituição compensaria o envelhecimento da população. (ABREU e PEIXOTO, 2009, p. 719)

O gráfico 1 abaixo nos mostra a pirâmide etária³ da França em 2018. Podemos observar a base menos larga, o que indica baixa natalidade. Além disso, o cume é mais largo e evidencia grande proporção de idosos e elevada esperança de vida. A França faz parte dos países europeus que estão nesse processo de envelhecimento populacional, tendo uma taxa de crescimento vegetativo baixa. A população total francesa em 2018 é de 65.205.700 de acordo com os dados do INED.

³ Países desenvolvidos possuem pirâmides etárias como a da França, caracterizadas pela presença marcante da população adulta e de uma porcentagem expressiva de idosos, consequência de baixo crescimento vegetativo e de elevada esperança de vida. A estrutura etária dos países subdesenvolvidos é diferente: os jovens superam adultos e idosos, consequência de alto crescimento vegetativo e de baixa expectativa de vida.

Gráfico 1 - Pirâmide etária da França em 2018



Fonte: (INED, 2018) (tradução própria)

I.2) A imigração, o salário mínimo e o desemprego na França

I.2.1) Histórico das imigrações no país

Nesse tópico, é importante sabermos algumas definições do INSEE:

- Estrangeiro é aquela pessoa que reside na França e não tem nacionalidade francesa, quer tenha outra nacionalidade (exclusiva) ou nenhuma (esse é o caso para os apátridas);
- Imigrante é a população constituída por pessoas nascidas em outros países que residem na França. Isso inclui, em parte, as pessoas que adquiriram a nacionalidade francesa desde a sua chegada. No entanto, exclui franceses nascidos no estrangeiro que moram na França e estrangeiros nascidos na França.

Na tabela 1 abaixo, podemos analisar que 4,2 milhões estrangeiros e 6 milhões imigrantes viviam na França em 2014, respectivamente 6,4% e 9,1% da população total. A imigração para a França é um fenômeno antigo. Após a estabilização nos anos 1990, a população imigrante aumentou outra vez a partir de 1999. Até meados dos anos 1970, os fluxos de imigração eram predominantemente masculinos, preenchendo as necessidades de trabalho para reconstrução no pós-guerra. Desde então, a participação das mulheres tem aumentado, quer se trate de reagrupamento familiar ou não. A partir de meados de 1980, as mulheres migraram mais frequentemente por razões que não só a família, mas por exemplo, para encontrar emprego

condizente com o seu diploma ou para estudar. Em 2014, 51% dos imigrantes eram mulheres, em comparação com os 44% em 1968.

Tabela 1 - População estrangeira e imigrada por sexo e idade em 2014 (em %)

		Estrangeiros	Imigrantes
Porcentagem de Homens (%)		50,4	48,7
Porcentagem da População com (%)	< 15 anos	16,9	4,8
	15 - 24 anos	9,5	8,5
	25 - 54 anos	48,7	54,2
	> 55 anos	24,9	32,5
Número (em milhares)		4.200	5.967
Porcentagem dentro da População Total (%)		6,4	9,1

Fonte: (INSEE, 2018) (tradução própria)

Desde 1975, as origens geográficas dos imigrantes presentes na França têm se diversificado. A quota de imigrantes nascidos na Europa foi reduzida e atingiu 36% em 2014 (era 66% em 1975). Isso aconteceu, principalmente, devido à diminuição do número de imigrantes oriundos da Espanha e da Itália, que retornaram aos seus países. Desde 1999, as origens dos imigrantes europeus tornaram-se cada vez mais diversificadas, com uma quota crescente de imigrantes nascidos na Europa Oriental ou no Reino Unido. Em 2014, 44% dos imigrantes haviam nascido em algum país do continente africano. As pessoas nascidas no Magrebe (região noroeste da África) representavam 30% de todos os imigrantes, uma proporção estável desde os anos 1980. A imigração da África Subsaariana é mais recente e se deve principalmente aos países que foram colonizados pela França nessa região. Finalmente, 15% dos imigrantes são da Ásia. A imigração de países da Ásia como o Camboja, Laos e Vietnã é mais recente.

Na tabela 2, podemos analisar a porcentagem dos imigrantes de cada país em relação ao total de imigrantes morando na França.

Tabela 2 - Imigrantes e seus países de nascença em 2014

	Porcentagem (%)	Efetivo (em milhares)
Europa	36,1	2157
União Europeia	31,5	1880
Espanha	4,1	247
Itália	4,8	287
Portugal	10,3	616
Reino Unido	2,5	149
Outros Países da União Europeia	9,8	582
Outros Países da Europa	4,6	277
África	43,8	2612
Argélia	13	774
Marrocos	12,1	723
Tunísia	4,5	266
Outros Países da África	14,2	849
Ásia	14,5	863
Turquia	4,3	250
Camboja, Laos, Vietnã	2,8	160
Outros Países da Ásia	7,4	453
América, Oceania	5,6	336
Total	100	5967

Fonte: (INSEE, 2018) (tradução própria)

Em 2016, o fluxo anual de aquisições de nacionalidade francesa, com 119 200 novos franceses, aumentou em relação a 2015 (+ 4,9%). Este aumento está principalmente relacionado com a progressão das aquisições de nacionalidade por decreto (+ 10,6%). A porcentagem de estrangeiros com relação à população total da UE é de 7,2%, próxima a porcentagem que foi observada na França (6,6%).

I.2.2) Salário Mínimo e Desemprego

- **Salário mínimo**

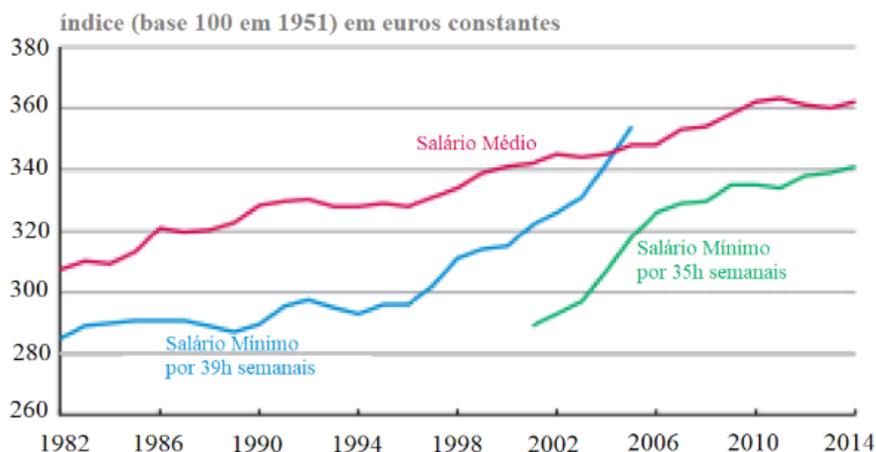
Desde 1 de janeiro de 2017, o Salaire Minimum Interprofessionnel de Croissance⁴(SMIC) é de 1480,27 euros para 151,67 horas de trabalho, ou seja, uma atualização de 0,9% entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017. Em dez anos, o SMIC por horário bruto aumentou de

⁴ Salário Mínimo Interprofissional de Crescimento

8,44 euros em 2007 para 9,76 euros em 2017, ao mesmo tempo os preços subiram 12%. (INSEE, 2018)

No gráfico 2 abaixo, podemos ver a evolução dos salários médios e mínimos na França de 1982 a 2014.

Gráfico 2 - Evolução do salário médio e mínimo de 1982 a 2014



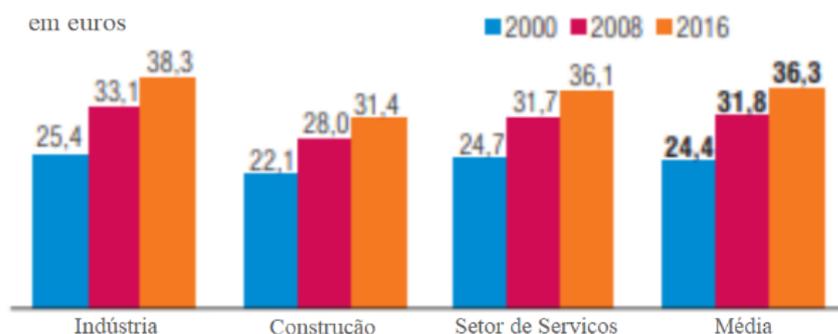
Fonte: (INSEE, 2018) (tradução própria)

Também desde 1 de janeiro de 2017, 1,65 milhão de funcionários de empresas do setor competitivo (excluindo aprendizes, estagiários e trabalhadores temporários) se beneficiam da revalorização do salário mínimo, ou seja, 10,6% dos empregados dessas empresas. Comparado a 2016, a proporção de beneficiários da modernização do salário mínimo está progredindo ou permanecendo estável nos setores de construção e indústria. No entanto, ela diminui em alguns setores de serviços. O declínio é muito acentuado na área de alojamento e alimentação, mas especificamente no agrupamento dos ramos hotéis, restaurantes e turismo, em parte devido a mudanças recentes nos salários mínimos na rede convencional.

A França é um dos países da União Europeia cujo custo por hora de trabalho é elevado (35,6 euros em 2016 para toda a indústria, construção e serviços, excluindo a administração pública e aprendizes). Está atrás da Dinamarca, Bélgica, Suécia e Luxemburgo. O custo por hora de trabalho é mais alto em áreas onde a mão-de-obra é mais qualificada e que concentra as maiores empresas, tais como energia ou atividades financeiras e de seguros. Por outro lado, é o mais baixo em alojamento e alimentação, uma vez que emprega uma mão-de-obra de baixa qualificação.

No gráfico 3, podemos analisar os custos por hora de trabalho em cada setor em 2000, 2008 e 2016.

Gráfico 3 - Custo por hora de trabalho segundo a atividade



Fonte: (INSEE, 2018) (tradução própria)

- **Desemprego**

Para melhor entendimento, os termos desempregado, desempregado de longa duração e taxa de desemprego podem ser definidos, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), como:

- Pessoa desempregada: pessoa com idade superior a 15 anos ou mais que: está desempregada na semana da pesquisa, está disponível para ter um emprego no prazo de 15 dias e procurou ativamente um emprego no mês anterior ou encontrou um que começa em menos de três meses;
- Desempregados de longa duração: pessoas que estão desempregadas há mais de um ano;
- Taxa de desemprego: porcentagem do número de desempregados em relação à população total ativa.

A pesquisa de emprego feita pelo INSEE visa observar a situação das pessoas no mercado de trabalho de forma estrutural e cíclica. Faz parte do inquérito sobre a força de trabalho europeia. Esta é a única fonte estatística que fornece uma medida dos conceitos de atividade (emprego, desemprego e inatividade) na concepção da OIT e comparável entre todos os países.

Em 2016, na França (excluindo a Maiote) existiam 3 milhões de pessoas desempregadas na concepção da OIT. Em média, nesse ano, a taxa de desemprego foi de 10,1% da população ativa, diminuindo 0,3 ponto em relação a 2015.

Entre 2015 e 2016, a taxa de desemprego da população de 15 a 24 anos diminuiu em 0,1 pontos, igualmente à de pessoas ativas com 50 anos ou mais. O declínio foi mais alto entre as pessoas de 25 a 49 anos de idade: a taxa diminuiu 0,4 pontos em 2016. Após ter aumentado muito com a crise, a taxa de desemprego juvenil finalmente se estabilizou, atingindo 24,6% em 2016. Já a taxa de ativos entre 25 a 49 anos atingiu 9,3% e a de 50 anos ou mais 6,9%. O desemprego afeta principalmente os jovens. No entanto, antes dos 25 anos, poucos jovens são ativos e aqueles que são, geralmente são pouco qualificados e, portanto, têm um maior risco de desemprego.

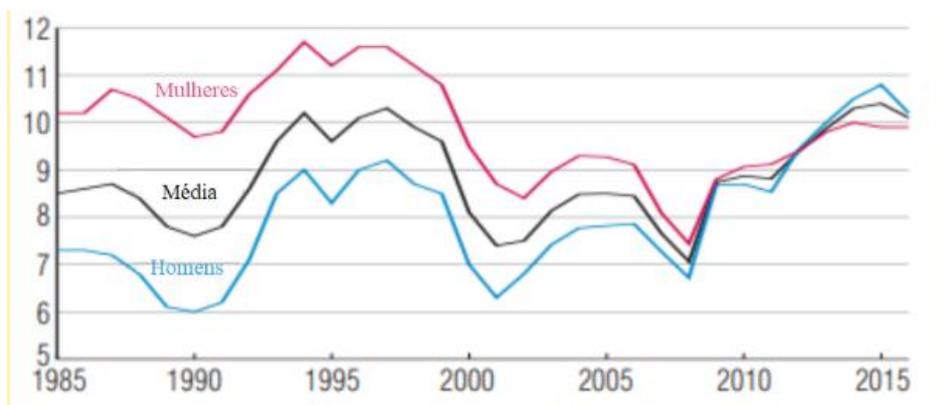
Em 2016, a taxa de desemprego é estável entre as mulheres, porém ela diminuiu entre os homens (-0,6 pontos). Desde 2013, a taxa de desemprego tem sido maior para os homens do que para as mulheres (respectivamente 10,2% e 9,9% em 2016). A taxa de desemprego é mais elevada entre os trabalhadores (14,9% em 2016) e pessoas com no máximo ensino médio (17,9%).

Após um aumento contínuo desde 2008, a taxa de desemprego de longo prazo se estabilizou em 2016 (4,6% dos ativos). A proporção dos desempregados de longa duração, que está em 45,3%, é muito maior entre os desempregados com 50 anos ou mais (64,1%). Além disso, mais uma vez os menos instruídos e os menos qualificados são os mais atingidos pelo desemprego de longo prazo.

Em 2016, a taxa de desemprego em média foi de 8,6% na União Europeia. A Grécia e a Espanha com as taxas mais altas (23,6% e 19,6% respectivamente), enquanto a República Checa e a Alemanha possuem as taxas mais baixas (4,0% e 4,1% respectivamente). A taxa de desemprego em França está acima da média europeia.

No gráfico 4, podemos observar que, ao longo do tempo, a taxa de desemprego entre as mulheres foi diminuindo. Já a taxa de homens desempregados aumentou. Juntos, a partir de 2008 aumentou bastante e parece ter estabilizado em 2016.

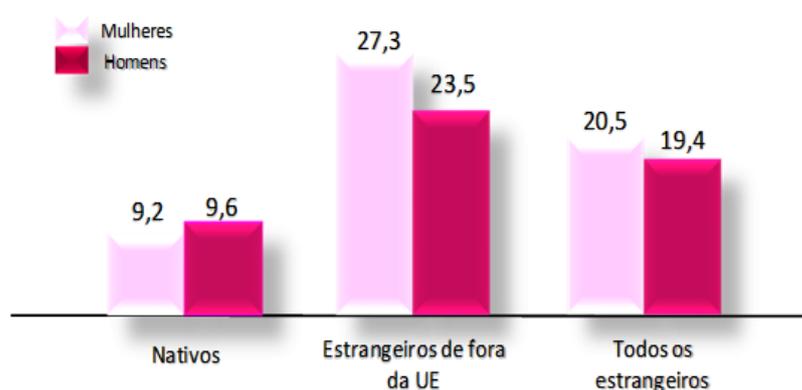
Gráfico 4 - Taxa de desemprego na França de 1985 a 2016



Fonte: (INSEE, 2018) (tradução própria)

No gráfico 5, podemos analisar a taxa de desemprego segundo a nacionalidade em 2016. A taxa de desemprego dos estrangeiros (20%) foi quase o dobro da taxa de desemprego dos nativos (9%). Esta diferença é ainda mais acentuada para os estrangeiros que não são da União Europeia (UE), especialmente as mulheres (27%). Cerca de 6% dos ativos são estrangeiros. Estes últimos são mais representados entre trabalhadores (10%) e artesãos, comerciantes e donos de empresas com 10 ou mais funcionários (9%). No entanto, estão menos representados entre as profissões intermediárias (3%) e entre executivos (5%).

Gráfico 5 - Taxa de desemprego segundo a nacionalidade em 2016



Fonte: (INSEE, 2018) (tradução própria)

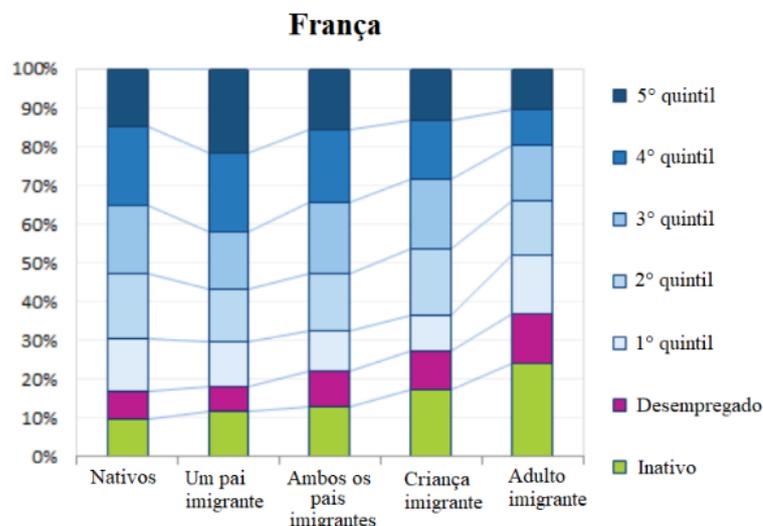
I.3) Os imigrantes no mercado de trabalho

Os autores Tania Paniagua de la Iglesia e Enrique Fernández-Macías escreveram o artigo “Migrants in European Labour Markets are Persistently Disadvantaged By Region Of Origin”, em que pesquisaram a fundo a integração da imigração no mercado de trabalho de diferentes países europeus.

A investigação baseou-se em nove Estados-membros da UE, alguns com uma longa experiência de imigração (Áustria, Bélgica, França, Suécia e Reino Unido) e outros com experiência mais recente (todos do Sul da Europa: Grécia, Itália, Portugal e Espanha). No caso dessa monografia, olharemos os exemplos da França (gráfico 6), do Reino Unido (gráfico 7) e de Portugal (gráfico 8). Para examinar a integração através das gerações, o artigo analisou quatro diferentes status de imigrantes: 1) nascido no exterior e migrado quando adulto; 2) nascido no estrangeiro e migrado quando criança; 3) nascido no país anfitrião, mas com ambos os pais nascidos no estrangeiro; e 4) nascido no país anfitrião e com um dos pais nascido no estrangeiro.

Como os gráficos abaixo ilustram, aqueles que migraram como adultos são significativamente desfavorecidos em comparação com os nativos do país: mais estão desempregados (não estão trabalhando, mas procuram trabalho) e economicamente inativos (não estão trabalhando e não estão à procura de trabalho). Eles também são mais propensos a ocupar empregos de baixa remuneração (indicado nos gráficos por '1º quintil', referindo-se ao emprego com salário mais baixo, enquanto '5º quintil' é o emprego que possui o salário mais alto).

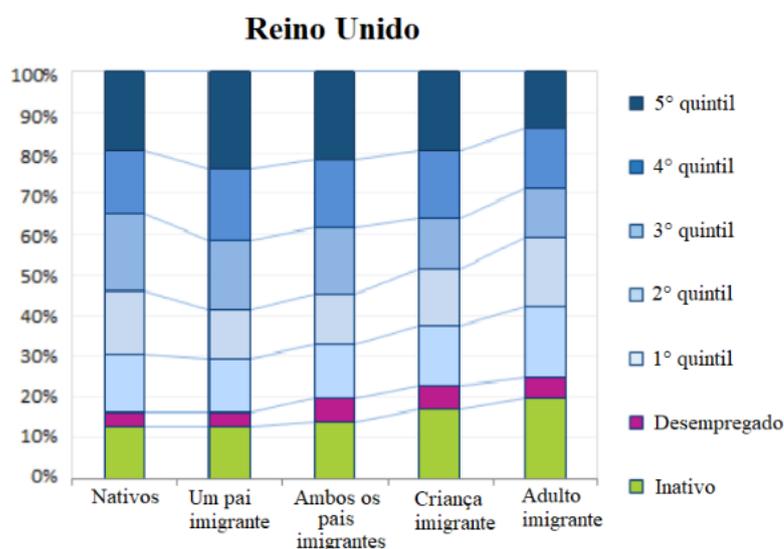
Gráfico 6 - Imigrantes no mercado de trabalho da França



Fonte: (PANIAGUA DE LA IGLESIA e FERNÁNDEZ-MACÍAS, 2018) (tradução própria)

Particularmente no Reino Unido, um país com uma tradição de imigração mais longa, há uma transição mais suave do padrão do mercado de trabalho de imigrantes adultos em comparação com o padrão da população nativa, o que é coerente com a hipótese de um processo linear de integração.

Gráfico 7 - Imigrantes no mercado de trabalho do Reino Unido

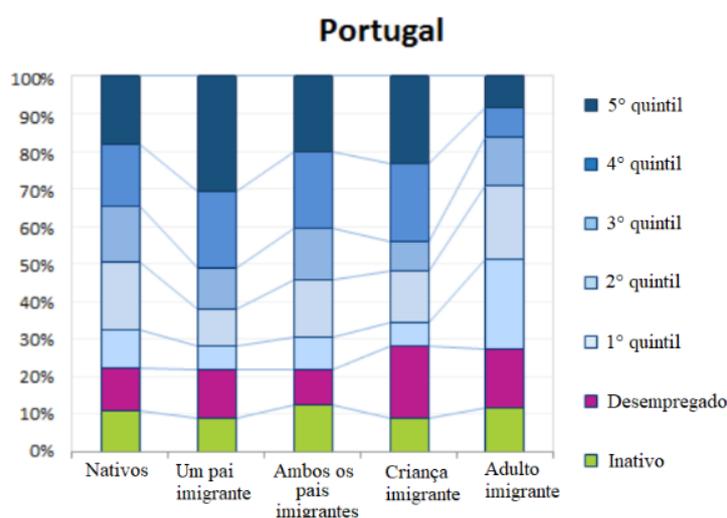


Fonte: (PANIAGUA DE LA IGLESIA e FERNÁNDEZ-MACÍAS, 2018) (tradução própria)

A análise também encontrou uma diversidade significativa nos padrões de integração do mercado de trabalho nos países. Os imigrantes do Reino Unido e os seus descendentes

tiveram as melhores perspectivas de trabalho, tanto em termos de emprego como de oportunidades profissionais, enquanto a França está em uma posição medíocre. Já em Portugal, onde a imigração é um fenômeno mais recente, os imigrantes têm níveis mais elevados de participação no mercado de trabalho, mas são também mais suscetíveis a preencherem postos de trabalho pouco remunerados.

Gráfico 8 - Imigrantes no mercado de trabalho em Portugal



Fonte: (PANIAGUA DE LA IGLESIA e FERNÁNDEZ-MACÍAS, 2018) (tradução própria)

A economia de Portugal cresceu rapidamente entre 1995 e 2007, com uma expansão de setores de pouca qualificação e menores salários tais como a construção e os serviços pessoais. Os padrões de integração do mercado de trabalho entre os imigrantes nesse país sugerem que eles participaram deste rápido crescimento econômico, mas eles foram muitas vezes contratados em empregos na parte inferior da escada ocupacional nesses setores de baixa remuneração.

A mensagem destes resultados é que a integração do mercado de trabalho dos povos com um fundo da migração não virá automaticamente sobre o tempo com a assimilação de gerações sucessivas. A concentração de imigrantes de certas regiões do mundo em empregos de baixa remuneração na maioria dos países aponta para a existência de segregação étnica em profissões. As políticas precisam se concentrar na redução desta segregação e visar a integração econômica dos imigrantes com ou sem aculturação na sociedade anfitriã. Para que isso seja eficaz, as dificuldades associadas às regiões de origem específicas devem ser mais bem compreendidas e abordadas mais especificamente.

No entanto, a evidência de melhores perspectivas para os imigrantes em alguns Estados-Membros é terreno para o otimismo: não só isso mostra que uma melhor integração é realmente

possível, mas também fornece bons exemplos que podem ser estudados e emulados. Os fatores que explicam o melhor desempenho do Reino Unido devem ser isolados, para extrair lições de política que possam ser partilhadas com outros países. (PANIAGUA DE LA IGLESIA e FERNÁNDEZ-MACÍAS, 2018)

Conclusão do capítulo

Após analisarmos a pirâmide etária francesa, vimos que o país está enfrentando um fenômeno chamado envelhecimento populacional, que proporciona uma transição demográfica. A base, composta por jovens, fica estreita e o topo, representado por idosos, aumenta. Isso, a longo prazo, indica uma taxa de crescimento populacional muito baixa.

A imigração para a França é um fenômeno antigo, mas a origem dos imigrantes tem se tornado cada vez mais diversificada. A partir da análise do salário mínimo e desemprego no país, vimos que os imigrantes, em sua maioria, estão preenchendo cargos de baixa remuneração. Além disso, a taxa de desemprego entre eles é muito maior do que a taxa de desemprego entre os nativos.

Como vimos, a concentração de imigrantes de certas regiões do mundo em empregos de baixa remuneração na maioria dos países aponta para a existência de segregação étnica em profissões. Assim, as políticas precisam se concentrar na redução desta segregação e visar a integração econômica dos imigrantes.

CAPÍTULO II) PANORAMA DA POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO EUROPEIA

O capítulo II trará o panorama da política de imigração europeia. Nesse sentido, a seção II.1 abordará como o Parlamento Europeu e a França lidam com a imigração, regular e irregular. Já a seção II.2 mostrará alguns argumentos econômicos utilizados pela França e pela Europa para restringir essas imigrações.

Dessa forma, sabendo especificamente como o Parlamento Europeu e a França tratam essa questão, já começaremos a analisar os principais argumentos que estão tomando grande repercussão por todo o continente, aqueles que são contra a imigração, seja por pressionar salários e empregos de residentes, enfraquecer laços de solidariedade ou demonstrar que o rejuvenescimento pela imigração pode ser uma esteira sem fim.

O objetivo nesse capítulo é começar a analisar o debate, visto que no capítulo III os argumentos econômicos apresentados serão a favor da imigração.

II.1) O Parlamento Europeu e a França em relação à imigração

II.1.1) O Parlamento Europeu

A política de imigração europeia trata de imigração regular e irregular. Em relação à imigração regular, a UE fixa as condições para as entradas legais e de residência. No entanto, os Estados-Membros mantêm o direito de estabelecer os volumes de admissão de estrangeiros em busca de emprego.

Já a imigração irregular é tratada principalmente através de uma política de repatriamento que respeite os direitos fundamentais. Contudo, no que diz respeito à integração, não existe harmonização das legislações nacionais. A UE pode desempenhar um papel de apoio, especialmente a nível financeiro.

O Parlamento Europeu colabora ativamente na adoção de novas leis sobre imigração irregular e regular. Com o Tratado de Lisboa (2009), desempenha o papel de legislador, em conjunto com o Conselho que representa os Estados-Membros.

Desde 1999, a UE tem trabalhado para criar um Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA). Para que o sistema funcione, é necessário:

- Um mecanismo para determinar que o Estado-Membro é responsável pela apreciação de um determinado pedido de asilo;

- regras consistentes para a concessão do estatuto de refugiado em todos os Estados-Membros;
- normas em matéria das condições de acolhimento;
- parcerias e cooperação com países que não façam parte da UE.

O Parlamento Europeu decide juntamente com o Conselho da UE sobre assuntos europeus relacionados com asilo desde 2005.

A atual crise de migração na Europa é a pior desde a II Guerra Mundial. Em 2015 e 2016, mais de 2,5 milhões de pessoas pediram asilo na UE e quase 9 000 pessoas perderam a vida no Mediterrâneo. Em 2015 e 2016, a agência Frontex, responsável pela vigilância das fronteiras da UE, detectou 2,3 milhões de travessias ilegais. (PARLAMENTO EUROPEU, 2018)

Na tabela 3 abaixo, podemos observar a população estrangeira nos países da UE em 2016:

Tabela 3 - População estrangeira nos países da UE em 2016

	População Total em 1º de Janeiro		População Ativa	
	Estrangeiros (em milhares)	Porcentagem (%)	Estrangeiros (em milhares)	Porcentagem (%)
Alemanha	8.652	10,5	4.765	11,4
Áustria	1.249	14,4	689	15,6
Belgica	1.327	11,7	556	11,3
Bulgária	74	1,0	6	0,2
Chipre	140	16,5	80	19,7
Croácia	41	1,0	3	0,2
Dinamarca	463	8,1	276	9,4
Espanha	4.418	9,5	2.686	11,9
Estônia	198	15,0	95	14,5
Finlândia	228	4,2	91	3,5
França	4.409	6,6	1.819	6,2
Grécia	798	7,4	321	6,8
Hungria	156	1,6	29	0,6
Irlanda	587	12,4	343	16,1
Itália	5.026	8,3	2.813	11,1
Letônia	289	14,7	120	12,5
Lituânia	19	0,6	7	0,5
Luxemburgo	269	46,7	147	53,1
Malta	31	7,1	8	3,8
Países Baixos	835	4,9	380	4,3
Polónia	150	0,4	52	0,3
Portugal	389	3,8	127	2,6
República Tcheca	476	4,5	108	2,1
Roménia	107	0,5	10	0,1
Reino Unido	5.641	8,6	3.612	11,3
Eslováquia	66	1,2	8	0,3
Eslovénia	108	5,2	44	4,5
Suécia	773	7,8	365	7,2

Fonte: (INSEE, 2018) (tradução própria)

Entrada de imigrantes na Europa em 2016: segundo o Eurostat, em 2016, a França admitiu 240.900 imigrantes não-europeus, muito atrás da Alemanha (912.800) e do Reino Unido (514.800), e em menor medida Espanha (352.200) e Itália (262.900). Só estes cinco países representaram dois terços das chegadas nos 28 países da UE.

Os estrangeiros muitas vezes estão fugindo de conflitos, terrorismo ou de perseguições nos seus países. Dos 1,2 milhões de pedidos de asilo que os países da UE receberam em 2016, mais de um quarto foram feitos por pessoas oriundas da Síria, um país devastado pela guerra. Os cidadãos oriundos do Afeganistão e do Iraque ocupam o segundo e terceiro lugar, respectivamente. Em todos estes países, as populações civis enfrentam ameaças de grupos insurgentes extremistas.

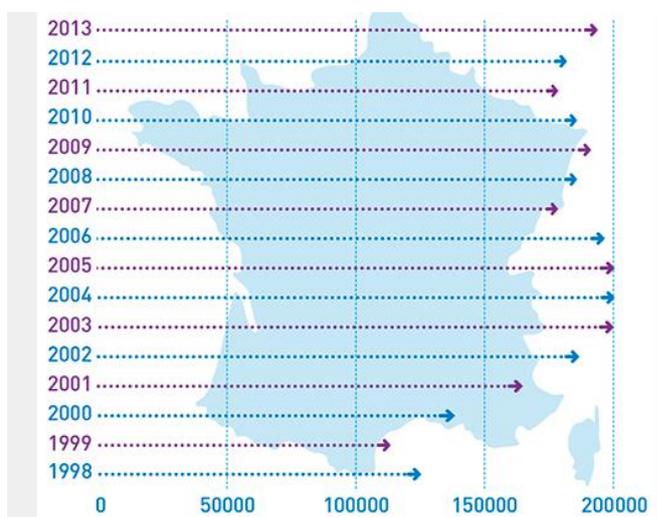
A crise de migração na Europa expôs falhas no sistema de asilo da União Europeia. O Parlamento Europeu procura corrigir essas deficiências na preparação de novas medidas para gerir os fluxos de imigração ilegal, reforçar os controles nas fronteiras e assegurar um sistema mais eficaz de recolha e armazenamento da informação das pessoas que entram na UE.

II.1.2) A França

Como visto no tópico anterior, a política de imigração é organizada não só pela lei francesa, mas também pelas decisões da União Europeia. A França está gradualmente implementando uma política de imigração e asilo. Desde o verão de 2015, com a chamada “crise dos imigrantes”, em particular com a chegada dos sírios que fugiam da guerra, mostrou a dificuldade dos países da UE em ter políticas migratórias coerentes.

Dos anos 1950 aos anos 1970, a França promoveu a imigração econômica porque suas necessidades de trabalho eram muito acentuadas, visto que a segunda guerra mundial tinha causado muitas mortes e diversas cidades precisavam ser reconstruídas. A partir de 1974, a crise levou o estado a estabelecer o controle da entrada no território. Desde então, o controle de fluxo tem sido um objetivo continuamente reafirmado.

Gráfico 9 - A Imigração regular na França de 1998 a 2013



Fonte: (INED, 2018)

A imigração "escolhida" foi criada pela lei de 24 de julho de 2006. (FRANÇA, 2006) Ela consiste em permitir que apenas os imigrantes considerados necessários para a economia do país entrem. Uma lista de profissões que seriam adequadas à imigração foi estabelecida. Um projeto de lei para uma imigração controlada e um direito efetivo de asilo foi introduzido em fevereiro de 2018. Três objetivos são seguidos desde então: redução dos prazos para a investigação dos pedidos de asilo; reforço na luta contra a imigração irregular; melhoria da recepção de estrangeiros admitidos por suas habilidades e talentos.

A França é atraente para os imigrantes, mas a OCDE constatou que a maioria dos imigrantes que almejam o país não possuem muita qualificação. A França está abaixo da média da OCDE em termos de retenção de talentos. No entanto, o país continua a ser muito atraente para os estudantes de pós-graduação, mas o potencial dos alunos nem sempre é explorado (com uma maior probabilidade de que fiquem desempregados). Mesmo assim, podemos encontrar a autorização de residência específica e atraente para pesquisadores científicos.

II.2) Argumentos contra a imigração na Europa

Devido a esse momento de crise migratória, discursos políticos e econômicos contra a imigração têm se alastrado por toda a Europa. Nesse tópico, veremos quais são os principais argumentos econômicos utilizados pelos economistas para restringir cada vez mais a imigração.

II.2.1) Pressão sobre salários e perspectivas de emprego de residentes

De acordo com o economista Martin Ruhs, de um ponto de vista econômico, a migração internacional de trabalhadores gera ganhadores e perdedores, ao menos por um curto período. Para o autor, os que mais se beneficiam dessa imigração são os próprios imigrantes e os empresários que os empregam. Os que perdem são os trabalhadores residentes (incluindo os imigrantes já existentes) que vão começar a competir com novos imigrantes no mercado de trabalho.

Segundo o autor, empresários ganham com a imigração porque a oferta de pessoas querendo trabalhar aumenta. Assim, eles acabam tendo um leque maior de funcionários para contratar, que às vezes são até mais bem qualificados do que os residentes e/ou aceitam trabalhar por condições e salários piores. Dessa forma, a imigração acaba reduzindo a necessidade de os empregadores aumentarem os salários e melhorarem as condições de trabalho, particularmente em ocupações de baixo nível técnico.

No entanto, o que às vezes é melhor para os empresários não é sempre o melhor para a economia do país como um todo. No curto prazo, a migração pode pressionar os salários e as perspectivas de emprego dos trabalhadores residentes que têm nível de qualificação semelhante ao dos migrantes e têm de competir com os migrantes por empregos. (RUHS, 2014)

Uma pesquisa feita no Reino Unido, por exemplo, mostrou que a imigração aumenta o salário dos trabalhadores com remuneração mais alta, porém reduz os salários dos trabalhadores que são piores remunerados. Contudo, no longo prazo, a imigração pode levar a um aumento na demanda de trabalho que pode ajudar a reverter alguns dos efeitos negativos iniciais sobre o salário. Mesmo assim, no curto prazo, os salários e as perspectivas de emprego de alguns trabalhadores do país hospedeiro (especialmente os de baixa renda) podem ser prejudicados.

O dilema apresentado pelo autor é que um aumento da imigração de trabalhadores de baixo nível técnico – o tipo de imigração que é atualmente mais restrito – poderia ajudar a diminuir a inequidade salarial entre países, mas poderia também aumentar a inequidade salarial dentro dos países hospedeiros.

II.2.2) Rejuvenescimento pela imigração é uma esteira sem fim

Robert Rowthorn é outro autor que também critica a imigração em larga-escala. Em seu livro “The Costs and Benefits of Large-scale Immigration”, ele mostrou que o então chamado efeito temporário da imigração pode perdurar 5 ou 10 anos, enquanto os efeitos benéficos se ausentam durante uma recessão. E, mesmo sem recessão, se imigrantes continuarem a entrar no mercado de trabalho, a demanda por trabalho pode ficar constantemente abaixo do crescimento da oferta. A reclamação de que “os imigrantes tiram os empregos dos nativos” pode ser exagerada, mas nem sempre falsa. (ROWTHORN, 2015)

Um segundo argumento econômico é que a imigração rejuvenescerá a força de trabalho e estabilizará as finanças públicas, porque os trabalhadores jovens imigrantes vão pagar os impostos necessários para sustentar o número crescente de aposentados na Europa. A população do Reino Unido está projetada para ultrapassar 70 milhões antes do final da próxima década, um aumento de 3,6 milhões, ou 5,5%, devido à imigração líquida e um excedente de nascimentos sobre mortes entre os recém-chegados.

Para Robert Rowthorn, o rejuvenescimento pela imigração é uma esteira sem fim. O autor afirma que manter uma redução de uma vez por todas na taxa de dependência requer um fluxo sem fim de imigrantes. Uma vez que os imigrantes parem de entrar, a estrutura etária voltará a sua trajetória original. Um fluxo menor da entrada de imigrantes e uma idade de aposentadoria mais alta seriam uma solução muito melhor para o envelhecimento da população. (ROWTHORN, 2015)

Assim, mesmo com resultados ótimos, como evitar a recessão, os argumentos econômicos para a imigração em grande escala são dificilmente conclusivos. Então, o cerne da questão é realmente o seu impacto social. Aqui, o benefício familiar da diversidade confronta o risco de perda de coesão social.

II.2.3) A imigração enfraquece laços de solidariedade

David Goodhart defendeu a restrição da imigração, criticando a perspectiva econômica social-democrata. Goodhart não se posiciona sobre se a diversidade cultural é intrinsecamente ou moralmente boa ou ruim. Ele simplesmente toma como certo que a maioria das pessoas prefere viver com sua própria “espécie”, e que os formuladores de políticas devem atender a essa preferência. Uma atitude de *laissez-faire* para a composição da população de um

país é tão insustentável quanto indiferente ao seu tamanho. Para ele, a raiz da hostilidade dos liberais aos controles migratórios é sua visão individualista da sociedade. Ao não compreender o apego das pessoas às comunidades estabelecidas, eles classificam a hostilidade à imigração como irracional ou racista. (SKIDELSKY, 2017)

O excesso de otimismo liberal em relação à facilidade de integração dos imigrantes decorre da mesma fonte: se a sociedade não é mais do que uma coleção de indivíduos, a integração não é um problema. O autor enfatiza que os imigrantes não precisam abandonar completamente suas tradições, mas "existe uma sociedade como essa" e, se não fizerem nenhum esforço para se juntar a ela, os cidadãos nativos terão dificuldade em considerá-los parte do grupo da comunidade imaginada.

Um influxo excessivamente rápido de imigrantes enfraquece os laços de solidariedade e, a longo prazo, corrói os laços afetivos necessários para sustentar o estado de bem-estar social. De acordo com ele, "as pessoas sempre favorecerão suas próprias famílias e comunidades" e "é tarefa de um liberalismo realista lutar por uma definição de comunidade que seja ampla o suficiente para incluir pessoas de diferentes origens, sem ser tão ampla quanto tornar-se sem sentido". Assim:

“A conclusão política a ser traçada é banal, mas vale a pena reafirmar. A tolerância de um povo a mudanças e adaptações não deve ser forçada além de seus limites, embora sejam diferentes em países diferentes. Especificamente, a imigração não deve ser pressionada demais, porque certamente causará hostilidade. Políticos que não conseguem controlar as fronteiras não merecem a confiança do seu povo.”
(SKIDELSKY, 2017)

Conclusão do capítulo

A União Europeia fixa as condições para as entradas legais e de residência para os imigrantes, mas cada estado-membro mantém o direito de determinar os volumes de admissão de estrangeiros em busca de emprego. No caso da França, o país está gradualmente implementando uma política de imigração e asilo, mas consiste principalmente em permitir que apenas os imigrantes considerados necessários para a economia do país entrem.

Três argumentos contra a imigração foram apresentados. O primeiro, de Martin Ruhs, afirma que no curto prazo a imigração pode pressionar os salários e as perspectivas de emprego dos trabalhadores residentes que têm nível de qualificação semelhante ao dos imigrantes e têm de competir com os imigrantes por empregos. Já o segundo, de Robert Rowtorn, argumenta que

o rejuvenescimento da população por meio da imigração é uma esteira sem fim, já que manter uma redução de uma vez por todas na taxa de dependência requer um fluxo sem fim de imigrantes. O terceiro, de David Goodhart, afirma apenas que a imigração enfraquece os laços de solidariedade dentro de uma sociedade, uma vez que ele dá por certo que as pessoas preferem viver com sua própria “espécie”.

CAPÍTULO III) ANÁLISE ECONÔMICA DA IMIGRAÇÃO

No capítulo III, veremos alguns argumentos econômicos que são a favor da imigração. A seção III.1 introduzirá com uma análise do artigo da OCDE de 2015 “Is migration good for economy?”, em que basearemos boa parte dos argumentos seguintes. Já a seção III.2 fará uma análise econômica dos impactos da imigração na França, a partir dos argumentos formulados pela economista francesa Marine de Talance.

A discussão pelos órgãos, como a OCDE, tende a mostrar que existem debates sobre a questão. Ou seja, discutiremos os pontos seguintes a partir da ideia que existe debate contrapondo a ideia que a imigração é prejudicial para a economia como vem acontecendo na Europa e na França.

III.1) A imigração é boa para a economia?

A imigração é uma característica da vida social e econômica em muitos países, mas o perfil das populações imigrantes varia consideravelmente. Em parte, isso é por causa da variedade de fontes de imigração. Em grande parte da Europa, por exemplo, os cidadãos gozam de direitos extensivos à livre circulação. Na Austrália, Canadá e Nova Zelândia, a imigração trabalhista gerenciada desempenha um papel importante. Outras fontes incluem imigração familiar e humanitária. Qualquer que seja sua fonte, a imigração tem impactos importantes em nossas sociedades, e estas podem ser controversas. O impacto econômico da imigração não é exceção. Benefício ou fardo – qual é a realidade? Para responder a esta pergunta, pode ser útil analisar o impacto da imigração em três áreas – o mercado de trabalho, o Tesouro Nacional e o crescimento econômico. (OCDE, 2014)

Em relação ao mercado de trabalho, os imigrantes contabilizaram 47% do aumento da força de trabalho nos Estados Unidos e 70% na Europa nos últimos dez anos. Além disso, preenchem nichos importantes tanto em setores de crescimento rápido quanto em declínio da economia. Como os nativos, os jovens imigrantes são mais qualificados do que aqueles que se aproximam da aposentadoria. Assim, os imigrantes contribuem significativamente para a flexibilidade do mercado de trabalho, principalmente na Europa.

Na segunda área, o Tesouro Nacional, os imigrantes contribuem mais com impostos e contribuições sociais do que recebem em benefícios. O emprego é o maior fator determinante da contribuição fiscal líquida dos imigrantes.

Finalmente, em relação ao crescimento econômico, a imigração impulsiona a população em idade de trabalho. Os imigrantes chegam com habilidades e contribuem para o desenvolvimento de capital humano dos países beneficiários. Com isso, também contribuem para o progresso tecnológico.

Compreender estes impactos é importante para que as nossas sociedades debatam de um jeito útil o papel da imigração. Esses debates, por sua vez, são essenciais para a concepção de políticas em áreas como a educação e o emprego que maximizam os benefícios da imigração, especialmente através da melhoria da situação de emprego dos imigrantes. Este mix de políticas irá, naturalmente, variar de país em país. No entanto, a questão fundamental de como maximizar os benefícios da imigração, tanto para os países de acolhimento como para os próprios imigrantes, deve ser tratada por muitos países da OCDE nas próximas décadas, especialmente porque o envelhecimento rápido da população aumenta a procura de imigrantes para recompor as deficiências da força de trabalho.

III.2) Análise econômica dos impactos da imigração na França

III.2.1) Imigração e crescimento

Como regra, e se todos os outros fatores são iguais, maior alocação de trabalho significa mais prosperidade econômica. Não é nenhuma surpresa que os países que admitiram a maioria dos imigrantes estão entre os mais ricos e mais rápido crescimento do mundo. Países tradicionais de imigração, como os Estados Unidos, Canadá, Austrália e África do Sul são exemplos de desenvolvimento e progresso econômico através da imigração.

A prosperidade econômica precisa ser mantida, e isso pressupõe a implantação de fatores de produção — trabalho e capital — de forma eficiente. O progresso tecnológico, o investimento em máquinas mais eficazes e técnicas de produção, e o investimento em educação e formação aumentam a produtividade laboral ou a produção por hora de trabalho. Porém, a produtividade laboral elevada não é bastante para manter o motor do crescimento funcionando. O número de horas de trabalho efetivamente utilizados é muito importante também. Mais

imigração - especialmente os imigrantes com idade para trabalhar - significa mais mão-de-obra e mais crescimento, e o crescimento é essencial para manter o estado de bem-estar da Europa.

A importância do número de trabalhadores para o crescimento econômico é indicada pelo desenvolvimento das últimas décadas. Até o final dos anos 1980, a renda per capita entre os países mais ricos do mundo começou a ficar mais parecida. Na década de 1990, essa convergência chegou ao fim. O rendimento per capita na zona do euro é agora aproximadamente 30 por cento mais baixa do que nos Estados Unidos. Apesar disso, os países europeus possuem uma taxa de produtividade de trabalho muito alta. A Bélgica, aliás, é o líder absoluto no ranking para o PIB por horas de trabalho. Isso acontece porque, apenas os trabalhadores altamente produtivos na Europa permanecem no mercado de trabalho, enquanto aqueles com menos habilidades e menos conhecimento são postos fora do mercado de trabalho.

A grande diferença na produtividade total é o resultado da participação diferencial no mercado de trabalho. O nível de atividade da população em idade ativa é consideravelmente mais baixo na Europa do que nos Estados Unidos, e na UE, a Bélgica tem uma das mais baixas taxas de participação. 70% de todas as mulheres trabalham nos Estados Unidos; no UE-15, essa figura é aproximadamente 60%.

A aposentadoria dos empregados mais velhos é a principal causa da diferença. Nos Estados Unidos, 62% das pessoas entre 55 e 64 trabalham. Na UE-15, a proporção é de apenas 45%. A Bélgica tem a menor taxa de participação com apenas 29%. A baixa taxa de participação dos cidadãos mais velhos no mercado de trabalho europeu pode ser, em parte, fruto de fatores e preferências culturais, mas é em grande medida devido à política. A generosidade do sistema de pensões, com a sua baixa idade de reforma, os sistemas de reforma antecipada, os pagamentos de subsídios de desemprego de longo prazo, e assim por diante tornam o trabalho pouco atrativo para as pessoas idosas. A OCDE calculou recentemente a taxa de imposto "implícita" sobre o trabalho após a idade de 55, ou seja, a renda substituta que se poderia receber "sem trabalhar", expressa em percentagem do rendimento laboral médio que se poderia ganhar "trabalhando". Estes resultados indicam que o belga médio enfrenta uma taxa de imposto implícita de 80% se ele continua a trabalhar após 60. Para a pessoa holandesa média, a taxa de imposto implícita é 90%. (SPIELVOGEL e MEGHNAGI, 2018)

Privilégios adquiridos e hábitos são lentos e difíceis de mudar. Além disso, fixar a pensão de volta e outros benefícios sociais, mesmo para os recém-chegados, é politicamente impopular. Embora a "questão do fim da carreira" esteja em ordem em praticamente todos os

governos europeus, estão sendo feitas poucas chamadas para aumentar a taxa de participação dos cidadãos mais velhos no mercado de trabalho. Parece que a utilização efetiva dos recursos laborais da Europa não é capaz de aumentar drasticamente, e, apesar dos ganhos de produtividade, esta tendência continuará a deprimir o crescimento econômico na Europa.

Nem este estado de coisas é totalmente reconhecido ou levado a sério no debate político. Os governos europeus muitas vezes deixam de abordar as questões do mercado de trabalho, centrando-se no desenvolvimento tecnológico e inovação, uma agenda mais politicamente atraente. Esta ênfase no desenvolvimento e inovação é muitas vezes um pretexto para não falar sobre os problemas reais da Europa, ou seja, baixos níveis de atividade e participação laboral como resultado de sistemas de prestação de bem-estar para os quais é pago um preço muito elevado em termos de 14 perdas de prosperidade econômica, a subutilização do potencial econômico e humano e o desemprego involuntário em particular.

A imigração — especialmente de pessoas com idade para trabalhar — aumenta a força de trabalho potencial e pode em parte compensar a baixa participação da população nativa. Mais mão-de-obra, em última análise, significa mais crescimento econômico e prosperidade. (SPIELVOGEL e MEGHNAGI, 2018)

III.2.2) Imigração e salários, emprego, tributação e envelhecimento populacional

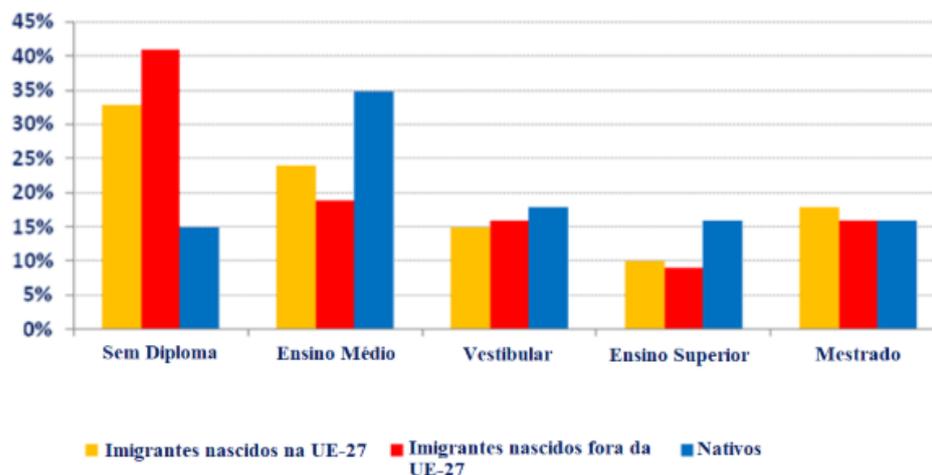
Vejamos agora alguns argumentos que a autora Marine de Talance trouxe ao debate sobre esses impactos da imigração na economia francesa.

A imigração é muitas vezes vista como algo ruim para as populações dos países de acolhimento. Assim, em 2013, 50% dos franceses acreditavam que a imigração era mais uma fonte de problemas do que de oportunidades. Os receios geralmente baseavam-se em dois aspectos principais: os efeitos da imigração no mercado de trabalho e no orçamento nacional. (DE TALANCE, 2017)

O gráfico 10 abaixo, mostra a qualificação dos imigrantes nascidos na União Europeia, imigrantes nascidos fora da União Europeia e nativos. Como se pode ver, a maior quantidade de pessoas sem diploma são imigrantes não-europeus. Além disso, os nativos possuem ensino médio muito mais do que os imigrantes. As diferenças vão diminuindo olhando quem mais faz vestibular, ensino superior e mestrado. Os nativos, mesmo que a proporção seja sempre maior em relação aos imigrantes, não se distinguem tanto nessas qualificações. Quando se chega ao

mestrado, as diferenças são muito pequenas e quem mais possui esse diploma são os imigrantes nascidos dentro da UE.

Gráfico 10 - Qualificação dos imigrantes de dentro e fora da UE e nativos



Fonte: (DE TALANCE, 2017) (tradução própria)

- **Imigração e salários**

Quando pensamos em fluxos migratórios, é preciso analisar os fluxos de mão de obra, especialmente porque os imigrantes são mais representados nos grupos etários considerados ativos. A imigração tem o efeito de aumento da oferta de trabalho. Em um modelo de concorrência pura e perfeita, em que o salário é fixado livremente na interseção entre a oferta e a procura de trabalho (sem rigidez), com todos os fatores sendo iguais, esse aumento na oferta de trabalho leva a uma diminuição dos salários. No entanto, essa visão é um pouco simplista e é necessário distinguir diversos casos. (DE TALANCE, 2017)

Em primeiro lugar, em muitos países desenvolvidos, há rigidez salarial, como a existência de um salário mínimo, que impede o salário de variar de acordo com as leis simples do mercado. Se o aumento da oferta de mão de obra, na sequência do afluxo de imigrantes, resultar em um salário de equilíbrio mais baixo do que o salário mínimo, o ajuste não será feito pelo preço do trabalho (o salário é rígido), mas pelas quantidades. Os salários, portanto, não diminuem, mas o risco é haver um aumento do desemprego. Voltaremos à ligação entre a imigração e o desemprego abaixo.

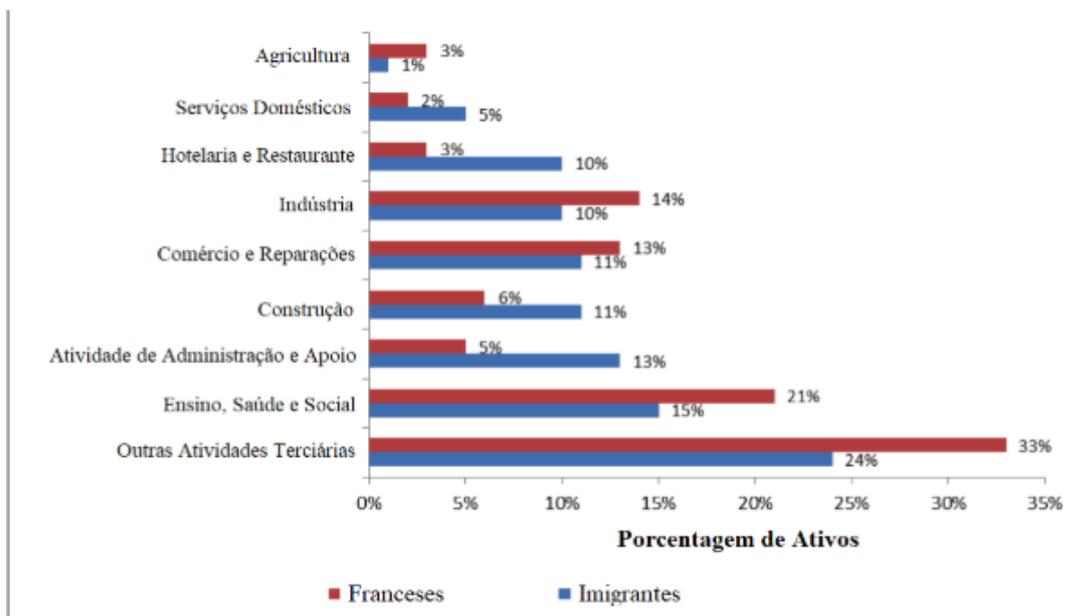
Um segundo problema é que o raciocínio descrito acima diz que todos os fatores são iguais. No entanto, os fluxos migratórios afetarão não só a oferta de trabalho, mas também as

outras variáveis macroeconômicas. Assim, como o capital se torna mais escasso em relação ao trabalho, o seu retorno é esperado para aumentar, o que gera um crescimento de capital. Esse investimento gera um aumento das capacidades de produção que se adaptam à mão de obra. A diminuição dos salários só seria temporária neste contexto.

Por último, a terceira crítica, o raciocínio da concorrência pura e perfeita implica também que os trabalhadores nativos e imigrantes sejam homogêneos e substituíveis, o que obviamente não é o caso. Como vimos, os trabalhadores dos fluxos migratórios são, em média, menos qualificados. Esses trabalhadores não substituem trabalhadores qualificados. Assim, o afluxo de imigrantes não qualificados leva a um aumento na mão de obra não qualificada e, portanto, uma redução no salário de pessoas não qualificadas. Ao mesmo tempo, como o trabalho qualificado é relativamente mais escasso, os salários desses trabalhadores aumentarão. É possível, portanto, que a imigração venha de encontro com um aumento da desigualdade salarial.

Mesmo com qualificações semelhantes, imigrantes e trabalhadores nativos não são necessariamente substituíveis. Dessa forma, o mercado de trabalho é altamente segmentado e muitos imigrantes ocupam postos de trabalho que os nativos não querem. Como podemos ver no gráfico 11, há mais nativos em setores como agricultura, indústria, comércio, ensino e outros segmentos terciários. Já os imigrantes estão mais empregados nos setores domésticos, de hotelaria, construção e administração. Por conseguinte, a imigração torna possível atenuar certas tensões no mercado de trabalho. Neste caso, de acordo com a hipótese de complementaridade, a chegada de novos imigrantes não terá efeito sobre os salários dos nativos, mas resultaria em uma baixa do salário dos imigrantes já presentes.

Gráfico 11 - Setores de atividades de imigrantes ativos



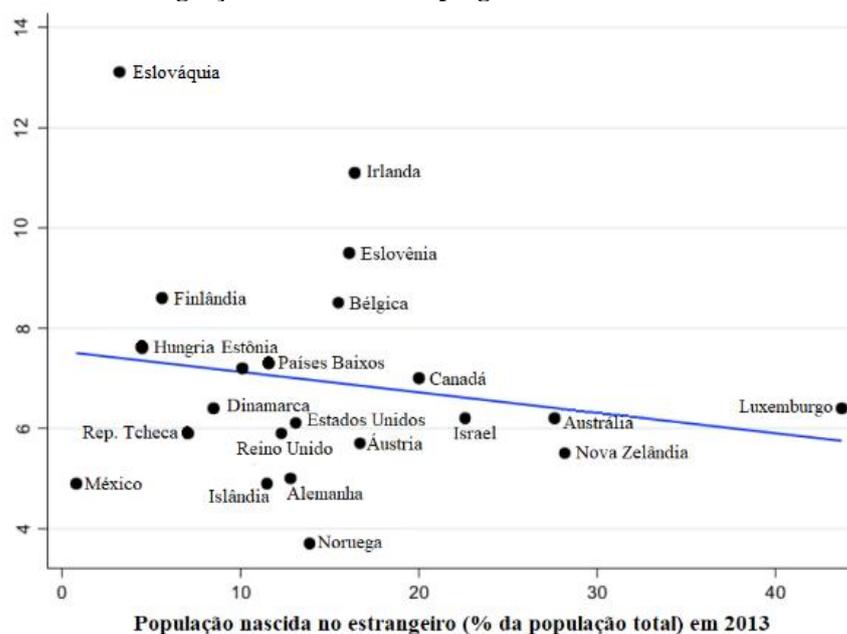
Fonte: (DE TALANCE, 2017) (tradução própria)

A teoria, portanto, apresenta várias ligações que podem ser contraditórias e que não permitem concluir diretamente qual é o verdadeiro impacto da imigração sobre os salários. Desse modo, é necessário olhar para o lado empírico. Os estudos mais abrangentes sobre o assunto negam a existência potencial de uma ligação entre a imigração e os salários mais baixos. Pelo contrário, estes estudos tendem a mostrar que a imigração levou a um aumento nos salários dos nativos. Assim, Ortega e Verdugo (2011) estimaram que um aumento de 10% na imigração levou a um aumento dos salários dos nativos em 3%.

- **Imigração e emprego**

Ainda em relação ao mercado de trabalho, a imigração também é frequentemente acusada de ser responsável pelo desemprego. No entanto, a ligação entre o desemprego e a imigração está longe de ser evidente (gráfico 12).

Gráfico 12 - Imigração e taxa de desemprego



Fonte: (DE TALANCE, 2017) (tradução própria)

Vários fenômenos desafiam a ligação entre a imigração e o desemprego. Em primeiro lugar, os fluxos migratórios aumentam não só a oferta de trabalho, mas também a demanda através do consumo, que estimula a atividade e potencialmente cria empregos.

Como mencionado acima, os imigrantes e os nativos não são perfeitamente substituíveis e não ocupam as mesmas profissões (gráfico 11). Assim, os imigrantes não competiriam com os nativos, mas estariam aptos a responder a uma procura diferente de trabalho e, conseqüentemente, a atenuar certas tensões no mercado de trabalho.

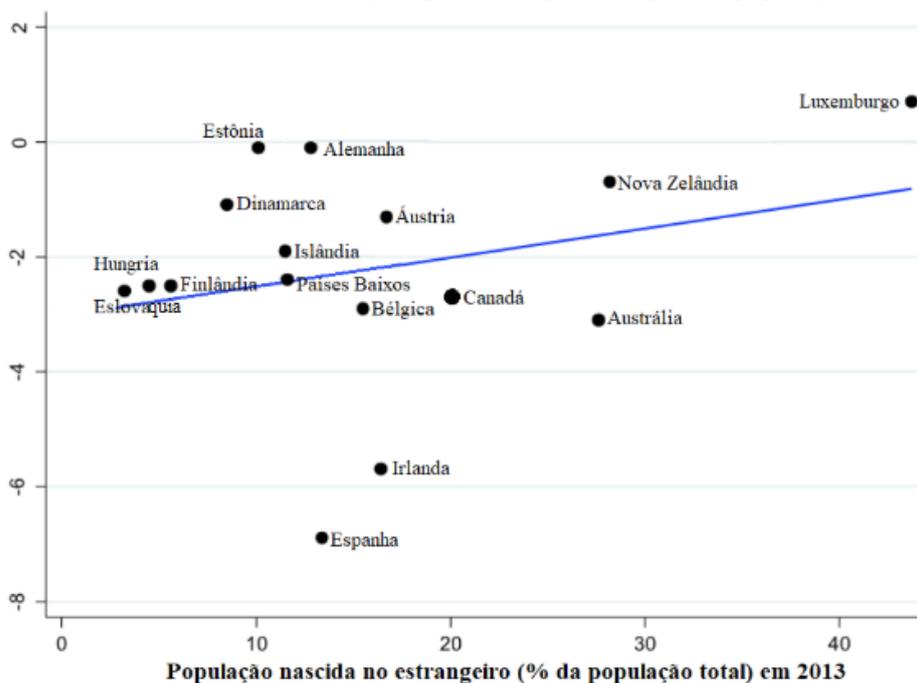
Estas considerações teóricas foram confirmadas por várias obras empíricas. Alguns deles: Card (1990) em seu estudo sobre a chegada maciça de cubanos na Flórida em 1980, Hunt (1992) sobre o repatriamento dos pés negros da Argélia em 1962, Friedberd (2001) sobre a imigração dos judeus da União Soviética em Israel entre 1990 e 1991. Todos estes autores mostram que a imigração não teria qualquer efeito sobre o desemprego ou que este efeito é apenas transitório e muito baixo.

- **Imigração e tributação**

Além das suposições sobre o mercado de trabalho, a imigração é frequentemente vista como um fator agravante do déficit público, sendo o argumento mais utilizado que os imigrantes

possuem mais benefícios sociais do que contribuem em impostos. Uma primeira análise que liga o déficit do governo e a porcentagem da população estrangeira mostra que esse argumento não é necessariamente justificado (gráfico 13).

Gráfico 13 - Déficit de administrações públicas e porcentagem da população nascida no estrangeiro



Fonte: (DE TALANCE, 2017) (tradução própria)

Em média, no entanto, os imigrantes na França são mais propensos a utilizar benefícios sociais, tais como RMI e subsídio de desemprego, mesmo depois de ter em conta as diferenças de características individuais (idade, sexo, educação). Este resultado pode ser explicado por uma maior exclusão do mercado de trabalho ou pelo comportamento racional do imigrante que está satisfeito com a ajuda simples, porque eles representam um rendimento substancial em relação ao seu rendimento no país de origem. No entanto, se os imigrantes recebem mais transferências sociais, eles também contribuem para o sistema como contribuintes. Dessa forma, é importante não parar nesta visão simplista, mas sim olhar para a contribuição líquida dos imigrantes. Chojnicki e Gossip (2012) mostram, tendo em conta a estrutura etária da população imigrante que é mais jovem, que a contribuição líquida global dos imigrantes para os orçamentos públicos é positiva, mesmo que permaneça relativamente baixa (0,5% do PIB). Para uma determinada idade, a contribuição líquida de um imigrante é menor do que a de um nativo, mas desde que os imigrantes sejam mais jovens, o efeito global é positivo.

- **Imigração e envelhecimento populacional**

Os países desenvolvidos estão experimentando um fenômeno de envelhecimento populacional. Na França, de acordo com as projeções de INSEE, se a tendência atual continuar, uma em cada três pessoas terá mais de 60 anos em 2060. Esta população idosa suscita muitas questões, principalmente em termos de previdência social. Como a população imigrante é relativamente jovem, a imigração pode ser capaz de responder temporariamente a este problema, aumentando a proporção da população em idade de trabalho.

No entanto, é difícil imaginar que uma política migratória só poderia ajudar a satisfazer o envelhecimento da população. Assim, Chojnicki e Gossip (2012) mostram que a manutenção da relação de dependência para o seu valor de 2010 pela única política de imigração levaria a fluxos migratórios anuais de vários milhões, o que resultaria em uma duplicação da população em 2050 e a uma quota de imigrantes na população total de 41%. Além disso, os imigrantes também acabam envelhecendo, e assim, a longo prazo, o envelhecimento da população não é liquidada.

Não sendo a solução milagrosa para o envelhecimento, uma política de imigração esclarecida poderia aliviar temporariamente a carga fiscal do envelhecimento. Pelo contrário, a redução dos fluxos migratórios só aumentaria o custo fiscal. Chojnicki e Gossip (2012) comparam dois cenários. O primeiro cenário é baseado nos fluxos migratórios observados (cenário de linha de base), enquanto o segundo é baseado em fluxos migratórios nulos. O resultado não é recurso. Sem fluxos migratórios, a população total estimada diminuiria 10% em 2050, gerando uma diminuição do PIB. Já o rácio de dependência aumentaria em 3,8 pontos. Estes dois efeitos levariam a um aumento das despesas de 1,3 ponto do PIB. (DE TALANCE, 2017)

Conclusão do capítulo

Nesse capítulo, mostramos contrapontos analíticos dos argumentos apresentados anteriormente. Para o debate, utilizamos principalmente artigos da OCDE e o estudo da autora Marine de Talance, sobre os impactos econômicos que a imigração na França possui. No primeiro tópico, sobre imigração e crescimento, vimos que a imigração aumenta a força de trabalho potencial e pode em parte compensar a baixa participação da população nativa. Mais

mão-de-obra no convés, em última análise, significa mais crescimento econômico e prosperidade.

No segundo tópico, analisamos a relação da imigração com cada um desses elementos: salários, emprego, tributação e envelhecimento populacional. A partir de análises de gráficos, vimos que a ideia de que a imigração seria responsável por uma diminuição dos salários ou um aumento do desemprego é baseada em pressupostos limitados que podem ser criticados, especialmente a da homogeneidade do trabalho. Dessa forma, não houve evidência de que os fluxos migratórios resultem em salários mais baixos ou maior desemprego para os nativos.

No que diz respeito ao orçamento nacional, a população imigrante tem uma contribuição líquida global positiva devido à sua estrutura etária, mesmo que recebam mais benefícios sociais. Embora a imigração sozinha não possa resolver o problema do envelhecimento populacional, ainda ajuda a atenuar os custos fiscais.

CONCLUSÃO GERAL

Nesse trabalho propomos discutir o tema da imigração em um contexto global. O recente aumento na imigração devido às instabilidades políticas e econômicas intensificou discussões sobre o assunto. Esses debates giram em torno da imigração ter ou não grande impacto sobre o mercado de trabalho do país hospedeiro. Escolhendo a França, um país da UE que sempre recebeu muitos imigrantes, buscamos responder essa questão com argumentos econômicos e a partir de fontes secundárias.

Como principais resultados, no capítulo I vimos que a pirâmide etária francesa demonstra uma fragilidade: base menos larga, o que indica baixa natalidade e baixo crescimento vegetativo. Além disso, o cume é mais largo e evidencia grande proporção de idosos e elevada esperança de vida. A França enfrenta, junto com a maioria dos países europeus, um processo de envelhecimento populacional. Como analisamos, a imigração pode suprir essa necessidade demográfica. Além disso, trouxemos elementos econômicos principais para a compreensão do tema, tais como desemprego e salário mínimo, percebendo que a taxa de desemprego é muito maior entre os imigrantes. Já em relação aos salários, o artigo estudado na seção I.3 mostra que normalmente os imigrantes são menos qualificados e acabam preenchendo espaços no mercado de trabalho que são menos almejados pelos nativos nos setores de alojamento, alimentação e construção. Dessa forma, sua remuneração se torna muito mais baixa.

Já no capítulo II, estudamos o panorama geral da imigração na Europa. Vimos a política de imigração adotada pelo Parlamento Europeu em relação à imigração regular e irregular. Na imigração regular, a UE fixa as condições para as entradas legais e de residência, mas os Estados-Membros mantêm o direito de determinar os volumes de admissão de estrangeiros em busca de emprego. Já na imigração irregular, a UE lida especialmente através de uma política de repatriamento que respeite os direitos fundamentais. No que diz respeito à integração, não existe harmonização das legislações nacionais. No entanto, a UE pode desempenhar um papel de apoio, especialmente a nível financeiro. A política de imigração e asilo francesa está sendo gradualmente implementada, mas desde 2006 ela consiste em permitir que apenas os imigrantes considerados necessários para a economia do país entrem.

Ainda no segundo capítulo, começamos a entrar no debate econômico em relação ao tema. Vimos os argumentos que são contra o movimento da imigração no tópico II.2. Apresentamos três pressupostos econômicos. O primeiro argumenta que no curto prazo, a imigração pode pressionar os salários e as perspectivas de emprego dos trabalhadores residentes

que têm nível de qualificação semelhante ao dos imigrantes e têm de competir com os imigrantes por empregos. O segundo alega que o rejuvenescimento pela imigração é uma esteira sem fim, já que manter uma redução de uma vez por todas na taxa de dependência requer um fluxo sem fim de imigrantes. Uma vez que os imigrantes parem de entrar, a estrutura etária voltará a sua trajetória original. Já o terceiro, argumenta que a imigração enfraquece laços de solidariedade, pois simplesmente toma como certo que a maioria das pessoas prefere viver com sua própria “espécie”, e que os formuladores de políticas devem atender a essa preferência.

No capítulo III, vimos que a imigração é um fenômeno que alimenta muitos debates sem que os efeitos da imigração sejam bem compreendidos e apreendidos. A ideia de que a imigração seria responsável por uma diminuição dos salários ou um aumento do desemprego é baseada em pressupostos contestáveis, especialmente a da homogeneidade do trabalho. Não houve evidência de que os fluxos migratórios resultem em salários mais baixos ou maior desemprego para os nativos. Além disso, em relação ao orçamento nacional, apesar dos imigrantes receberem mais benefícios sociais, a população imigrante tem uma contribuição líquida global positiva devido à sua estrutura etária. Embora a imigração sozinha não possa resolver o problema do envelhecimento populacional, ainda ajuda a atenuar os custos fiscais.

Para concluir, em um contexto global de crises econômicas e instabilidades políticas, o tema vem sendo muito debatido e é considerado de extrema importância. Como todo debate, o assunto possui dois lados e muitas contradições, mas tivemos uma visão crítica sobre os argumentos utilizados. Nessa monografia, trouxemos elementos econômicos para se poder iniciar uma discussão, que vai muito além do escopo do trabalho.

Referências Bibliográficas

ABREU, A.; PEIXOTO, J. Demografia, mercado de trabalho e imigração de substituição: tendências, políticas e prospectiva no caso português. **Análise Social**, Lisboa, v. 44, p. 719-746, 2009.

DE TALANCE, M. Immigration en France, quels impacts sur l'économie ? **BSI Economics**, 2017. Disponível em: <<http://www.bsi-economics.org/625-immigration-france-impacts-economie>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

PARLAMENTO EUROPEU. Fichas Técnicas da UE. **Parlamento Europeu**, 2018. Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/society/20170629STO78632/a-migracao-na-europa>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

FRANÇA. Loi n° 2006-911 du 24 juillet 2006 relative à l'immigration et à l'intégration (1). **Dispositions générales et dispositions relatives à l'entrée et au séjour des étudiants, des étrangers ayant une activité professionnelle et des ressortissants de l'Union Européenne**, Paris, FR, 24 jul 2006.

GOODHART, D. Why the left is wrong about immigration. **The Guardian**, 2013. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/books/2013/mar/27/why-left-wrong-mass-immigration>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

INED. Pyramide des âges. **Institut National D'Études Démographiques**, 2018. Disponível em: <https://www.ined.fr/fr/tout-savoir-population/graphiques-cartes/population_graphiques/>. Acesso em: 05 jul. 2018.

INSEE. Chômage. **Institut National de la Statistique et des Études Économiques**, 2018. Disponível em: <<https://www.insee.fr/fr/statistiques/3303389?sommaire=3353488>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

INSEE. Étrangers - Immigrés. **Institut National de la Statistique et des Études Économiques**, 2018. Disponível em: <<https://www.insee.fr/fr/statistiques/3303358?sommaire=3353488>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

INSEE. Salaire minimum - coût du travail. **Institut National de la Statistique et des Études Économiques**, 2018. Disponível em: <<https://www.insee.fr/fr/statistiques/3303424?sommaire=3353488>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

OCDE. Is migration good for the economy? **Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico**, 2014. Disponível em: <<https://www.oecd.org/migration/OECD%20Migration%20Policy%20Debates%20Numero%202.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2018.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES. O debate científico sobre imigração e demografia. **Observatório das migrações**, 2017. Disponível em: <<https://www.om.acm.gov.pt/-/o-debate-cientifico-sobre-imigracao-e-demografia>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

PANIAGUA DE LA IGLESIA, T.; FERNÁNDEZ-MACÍAS, E. Migrants In European Labour Markets Are Persistently Disadvantaged By Region Of Origin. **Social Europe**, 2018. Disponível em: <<https://www.socialeurope.eu/migrants-in-european-labour-markets-are-persistently-disadvantaged-by-region-of-origin>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

ROWTHORN,. **The Costs and Benefits of Large-scale Immigration**. 1^a. ed. Londres: Civitas, 2015.

RUHS,. Argumentos econômicos e pragmáticos contra abertura das fronteiras. **Opera Mundi**, 2014. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniao/33592/argumentos+economicos+e+pragmaticos+contra+abertura+das+fronteiras.shtml>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

SKIDELSKY, R. Inconvenient Truths About Migration. **Social Europe**, 2017. Disponível em: <<https://www.socialeurope.eu/inconvenient-truths-migration>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

SPIELVOGEL, ; MEGHNAGI,. The contribution of migration to the dynamics of the labour force in OECD countries: 2005-2015. **OECD**, 2018. Disponível em: <<http://www.oecd.org/els/mig/wp203.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2018.